

## ***IMPASSES OU SAÍDAS?***

---

**CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO\***  
*Advogado e Professor Universitário*

Não resta a menor dúvida de que a situação não está boa. As lideranças do governo escolhido pelo sistema de forças vitoriosas em 1964 não compreendem que nada resolve gerar impasses, quando o país deseja encontrar saídas.

Os ministros militares, a começar pelo honrado General Walter Pires, tem dado ao país demonstrações de interesse em seguir adiante no processo de abertura. Se não fosse esse comportamento patriota não seria demais prever impasse institucional grave, com o recrudescimento do autoritarismo. É claro que é difícil evitar a proliferação de focos de resistência nascidos na própria incompetência de algumas lideranças afoitas postas de goela escancarada na transição de poder que se avizinha.

As oposições brasileiras, quando saem às ruas para defender as eleições diretas para Presidente da República, estão cumprindo não apenas o papel imposto pelo programa que abraçaram, como também interpretando o pensamento majoritário da sociedade brasileira. O PDS, que também tem no seu programa as eleições diretas, está em apuros para justificar a defesa conjuntural do Colégio eleitoral. Não todos os seus membros, é certo. Alguns governadores, como Gonzaga da Motta e Roberto Magalhães, e todo o grupo "pró-diretas", unem-se ao candidato Aureliano Chaves no mesmo sentido de manter íntegro o programa do partido que foi por eles subscrito. Esse fato - que é da essência da história republicana brasileira e foi, antes da república, objeto de campanha heróica no Império, sob a batuta de Ruy Barbosa, depois conquistada pelo ministério Saraiva - não pode ser erigido em núcleo de uma discórdia insanável. Que a oposição, sem violência, sem radicalismo, deve

prosseguir o seu caminho, é fora de qualquer questão. Que o PDS e o governo queiram identificar nisso um ato de grave perturbação à ordem, ou até mesmo de subversão, e que não pode ser inteligente, nem, por isso mesmo, útil para a democracia brasileira.

Ninguém discute a esmagadora preferência pela eleição direta. Os que a combatem estão espalhando que a oportunidade não é agora. É depois. É obra do sucessor para a eleição do sucessor. Ora, essa discussão será absolutamente estéril, e muito ruim para o país, se não for enfrentada de outro modo.

O Presidente da República expediu um ditado em cores fortes ao dizer que no seu projeto político o que vale é o colégio eleitoral. É problema dele definir qual é o seu projeto. Mas, essa afirmação deve ser entendida corretamente. Ou seja, o Presidente nada fará para rever a Constituição nesse particular aspecto. Assim, o que vai contar é a votação da emenda em tramitação, com o que a batalha esta transferida para o Congresso Nacional. O que o Presidente transmitiu foi a sua orientação como chefe político. O Presidente e os seus mais diretos assessores sabem melhor do que ninguém que essa posição é meramente conjuntural. Mesmo porque se assim não fosse estaríamos diante de um antagonismo violentíssimo entre o governo e sociedade. E isso não é nada bom. Nem o Presidente nem os ministros militares querem assumir essa posição desconfortável.

A única saída possível para evitar o impasse é a construção de pontes de entendimento entre as mais diversas correntes políticas independente dos partidos em que estejam militando agora. Tenho repetido à sociedade - e essa pregação não vai me cansar, perdoem-me os leitores se não puderem dizer o mesmo que numa hora de muitas tensões os líderes são mais importantes que os partidos.

Alguns personagens da vida política contemporânea tem grande possibilidades de desatar o nó. É deles que a Nação tem o direito

de cobrar alguma coisa melhor do que a confusão que está aí. A começar pelo sempre lembrado Tancredo Neves, pioneiro na propositura da medida cautelar do consenso, para a qual chegou a requerer liminar que foi indeferida, passando por Olavo Setúbal, Ney Braga, Roberto Magalhães, Hélio Beltrão, Marco Maciel, Gonzaga da Motta, Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Thales Ramalho, Esperidião Amim, há uma extensa relação de brasileiros que poderiam unir-se para examinar alternativas concretas de pacificação nacional. Deles é que poderá sair um novo manifesto republicano voltado para as saídas e não para os impasses. Juntos serão capazes de estabelecer compromissos maiores para que a Nação tenha a garantia do seu futuro democrático.

Quando lideranças respeitáveis, idôneas, corajosas, indenes a qualquer tipo de patrulhamento, assumem posições claras, desvinculadas de qualquer interesse que não seja aquele do civismo, a Nação escuta aliviada, segue esperançosa, aplaude convicta.

Como ensinou, em hora também dramática, o grande republicano que foi Santiago Dantas,

não há mais tempo para esperar. E para defendermos a democracia, para defendermos a paz social, para defendermos a tranqüilidade e a independência, precisamos unir-nos como um só homem, em torno dos interesses do Brasil.